

Falta lugar para casamento civil

Celebrações do Plano Piloto são realizadas em local emprestado

Juíza de paz teme perder o espaço, onde oficializa 50 uniões por semana

O Plano Piloto está correndo o risco de ficar sem lugar para as celebrações de casamento civil. Atualmente, elas acontecem no auditório da Administração de Brasília, que é emprestado, mas por pouco tempo. A Administração já pediu a sala de volta e a juíza de paz Maria da Glória Fonseca, titular da comarca do Plano Piloto, não sabe a quem recorrer.

Toda a semana, cerca de 50 casamentos civis são celebrados na Administração. "Já falei com o juiz de registro público, Dr. José Carlos, que prometeu mandar um ofício a um corregedor expondo a situação, mas não sei quando isso vai se resolver", afirma a juíza. Há cerca de oito meses, as celebrações acontecem no auditório emprestado. "Antes, era no fórum mesmo,

mas fomos tirados de lá quando houve a mudança para o prédio novo", conta.

A sala da Administração tem capacidade para 98 pessoas. Segundo a juíza, este espaço não é suficiente. "Em cada dia de celebração, são cerca de 20 casais, ou seja, 40 pessoas. Cada um deles tem de levar mais duas testemunhas, totalizando 80 pessoas. Desse jeito, os familiares e convidados praticamente não vêem a cerimônia, porque não há espaço para todo mundo", explica. "Mas é o único lugar de que dispomos, porque a Administração aceitou emprestar".

Opção

Maria da Glória diz que tem uma solução para o problema da falta de lugar: o Museu do Índio, no Eixo Monumental. "Os índios nunca quiseram aquilo, é um lugar lindo que ninguém usa e, se reformássemos, seria um ótimo local para os casamentos", defende. Mas ela não sabe quem é responsável pelo museu, para que possa pedir o empréstimo do local.

Aos 80 anos de idade e 18 de juizado, ela já perdeu a conta dos casamentos que fez, nos locais mais inusitados. "Uma vez, fiz 200 casamentos na Vila Paranoá, no meio do mato. Também já casei duas pessoas debaixo de uma marquise, em Taguatinga. Não me importo de celebrar os casamentos no meio da rua", diz.

Ela afirma que pede um local



AUDITÓRIO da Administração de Brasília é o local emprestado para os casamentos, mas será devolvido

não para ela, mas em consideração aos casais, já que muitos só casam no civil, sem cerimônia religiosa, porque é muito caro. "Acho que as pessoas, hoje, não compreendem o que o casamento civil representa. É o início da família perante a lei, tão importante quanto o casamento religioso, mas o descaso é muito

grande", protesta.

Maria da Glória foi a primeira juíza de paz do Distrito Federal. Não recebe um centavo pelo trabalho. "Até a faixa de juíza eu tive que fazer com meu dinheiro, fora as roupas e o transporte, que também saem do meu bolso", conta. Em 87, na Assembléia Constituinte, ela e

mais dois colegas deram plantão no Congresso Nacional, exigindo remuneração para os juizes de paz. O pedido virou dispositivo legal, mas nunca foi regulamentado. E agora ela pode ficar sem ter onde trabalhar.

VALÉRIA FEITOZA

Repórter do Jornal de Brasília

Geraldo Magela